PARA ALÉM DA SALA DE AULA: ESCUTA E VALORIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS NÃO DOCENTES NA ESCOLA PÚBLICA [1]

BEYOND THE CLASSROOM: LISTENING TO AND VALUING NON-TEACHING WORKERS IN PUBLIC SCHOOLS

Raylani Pereira de Carvalho[2]

Resumo

Este relato de experiência apresenta a atuação de trabalhadoras não docentes na educação, especificamente funcionárias terceirizadas da limpeza em escolas públicas municipais. Discute-se a escola como um espaço coletivo, cujas contribuições englobam toda a comunidade escolar. Metodologicamente, o estudo adota a pesquisa no/do/com os cotidianos, considerando a trajetória de vida da autora como dispositivo de convivência, escuta e observação das rotinas das funcionárias. Apesar de essenciais à vida escolar, essas profissionais são secundarizadas nos processos democráticos, algo que fragiliza os vínculos e reforça desigualdades históricas. Conclui-se que valorizar essas trabalhadoras como educadoras é um passo fundamental para o fortalecimento de uma escola pública mais justa, participativa e plural.

Palavras-chaves: Trabalhadoras não docentes. Terceirização. Gestão democrática. Cotidiano escolar.

Abstract

This experience report discusses the role of non-teaching workers in education, specifically outsourced cleaning workers in public municipal schools. The school is approached as a collective space whose educational contributions encompass the entire school community. Methodologically, the study adopts the "research in/of/with everyday school life" framework (pesquisa no/do/com os cotidianos), using the author's life trajectory as a device for coexistence, listening, and observation of the workers' daily routines. Despite being essential to school life, these professionals are sidelined from democratic decision-making processes, which weakens bonds and

[1] Este registro textual é fruto da monografia de conclusão do curso de Pedagogia da autora, desenvolvida a partir de uma pesquisa sobre a participação de trabalhadores não docentes na educação pública.

[2] Raylani Pereira de Carvalho é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: raylanipereira@id.uff.br. Telefone: 21 992483682. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-1791-0996.

reinforces historical inequalities. The study concludes that recognizing and valuing these workers as educational agents is a fundamental step toward strengthening a more just, participatory, and plural public school.

Keywords: Non-teaching workers. Outsourcing. Democratic management. School everyday life.

Introdução

A escolha deste tema não nasceu apenas de leituras acadêmicas, mas de uma história que atravessa a minha própria vida. Cresci em uma casa onde o trabalho de meus familiares estava ligado ao cuidado e ao apoio coletivo. Foi por meio deles que aprendi a reconhecer o valor dos trabalhos que sustentam o cotidiano, aqueles que raramente aparecem nos discursos institucionais, mas sem os quais a escola não abriria seus portões nem poderia funcionar.

Ao cursar pedagogia e iniciar os estágios, reencontrei esses trabalhadores dentro da escola. Eram, muitas vezes, as merendeiras e funcionárias da limpeza que me acolhiam nos primeiros dias, que me orientavam nos corredores. Em uma experiência de estágio, tive uma conversa com a secretária da escola, que me disse: “quando você se tornar pedagoga concursada e for trabalhar em uma escola, pode ser aqui ou em outra, não destrate os funcionários não… Tem gente aqui que se acha só porque tem ensino superior”. A partir dessa fala, tivemos um diálogo sobre o que ela chamou de “pré-conceito” em relação aos trabalhadores que possuem menor nível de escolaridade.

Percebi então que, embora essenciais, esses profissionais eram frequentemente invisibilizados nas discussões pedagógicas e excluídos dos espaços de decisão. Portanto, dessa experiência afetiva, política e formativa nasceu o desejo de compreender o lugar desses sujeitos dentro da escola.

Neoliberalismo, reformas do Estado e a expansão da terceirização.

Ao tentar entender o motivo da invisibilização desses profissionais, deparei-me com o contexto histórico de precarização da educação, algo que ocorreu como consequência de terceirizações decorrentes de políticas neoliberais que se instalaram no Brasil. Na década de 1990, o Brasil passou por um processo de reestruturação do

Estado orientado pelos princípios do neoliberalismo, que defendia a diminuição das responsabilidades estatais, a ampliação das privatizações e a adoção de modelos de gestão inspirados na lógica empresarial. Nesse cenário, políticas de enxugamento do setor público, cortes de investimentos sociais e abertura para o capital estrangeiro tornaram-se estratégias recorrentes para enfrentar a crise econômica que atingia o país.

Esse processo não permaneceu restrito ao campo econômico. Ele atravessou a organização do trabalho, as relações laborais e a vida cotidiana das famílias brasileiras. No meu próprio percurso familiar, esses efeitos foram concretos: um familiar que antes trabalhava em uma empresa estatal passou a atuar como terceirizado após a reestruturação do setor em que estava inserido. Foi nesse contexto que a terceirização entrou em minha vida, não como conceito abstrato, mas como experiência vivida, observada e sentida.

Com o tempo, a lógica da terceirização se expandiu para áreas consideradas centrais na garantia dos direitos sociais, dentre elas a educação. Gentili (1996) e Laval (2019) observam que, ao adotar modelos de gestão empresarial, a escola pública passa a operar sob os mesmos princípios de eficiência, produtividade e redução de custos que regem o mercado. Assim, tarefas essenciais ao funcionamento da escola, como limpeza, alimentação, vigilância e manutenção, passam a ser delegadas a empresas terceirizadas, ao invés de integrarem o quadro funcional permanente do município.

Essa lógica mercantil aplicada à educação é discutida por Gentili (1996), ao analisar como o discurso neoliberal aproxima a organização das instituições escolares daquela adotada pelas empresas, tratando a escola como uma prestadora de serviços e defendendo a adoção de princípios do mercado na organização do ensino.

Nesse contexto, destaca-se o avanço da terceirização como uma estratégia adotada para transferir responsabilidades do Estado para o setor privado, afetando diretamente a organização da educação pública e a atuação dos trabalhadores não docentes nas escolas.

Terceirizações, educação e gestão democrática.

Os profissionais da limpeza, entre outros, são essenciais para o funcionamento de uma escola. Dentro da perspectiva de uma gestão escolar democrática, essas pessoas devem fazer parte da comunidade escolar e, consequentemente, participar de modo efetivo da governança da escola.

A gestão democrática constitui um princípio fundamental das escolas públicas brasileiras, assegurado pela Constituição Federal de 1988 (art. 206, VI) e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 (VIEIRA; VIDAL, 2015). A própria LDB aprofunda esse princípio no Artigo 14, ao definir o Conselho Escolar como seu principal mecanismo de concretização. Esse órgão deliberativo deve ser formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e do entorno. A comunidade escolar, por sua vez, é composta por alunos, professores, pais e responsáveis, equipe gestora, além de funcionários como serventes e merendeiras, que desempenham papel significativo na vida cotidiana da escola.

Segundo Paro (2000), a ausência de participação efetiva da comunidade na gestão escolar reduz a administração da escola a um arranjo restrito aos agentes estatais. Quando os processos decisórios permanecem concentrados entre professores e gestores, excluindo alunos, pais e demais trabalhadores, há um enfraquecimento da dimensão pública e social da instituição educativa. Nesse cenário, o espaço escolar, que deveria se constituir como coletivo e democrático, passa a ser regido predominantemente por lógicas burocráticas e de prestação de contas ao Estado, comprometendo, assim, os princípios da gestão democrática e a legitimação da escola como instância de construção coletiva.

Para o professor e sociólogo Laval (2019), quando a escola é gestada pelas características do modelo neoliberal, ela passa a ser tratada como um lugar econômico ou, de forma mais direta, como uma empresa. Nessa lógica, a escola perde sua

qualidade de espaço público, cujo objetivo deveria ser as aprendizagens, a formação cidadã e a redução das desigualdades sociais.

Dessa forma, a terceirização fragiliza a participação dos trabalhadores ao comprometer a forma como eles se percebem como parte da comunidade escolar. Entre os fatores que enfraquecem esse pertencimento estão, de um lado, as condições materiais da precarização, expressas em baixos salários, contratos temporários, falta de estabilidade e ausência de oportunidades de formação, e, de outro, a interdição institucional promovida pela própria escola, que limita a presença desses profissionais em reuniões pedagógicas, conselhos e demais espaços de decisão coletiva.

Werle (2005) apresenta sua análise sobre a terceirização, entendida como um dos mecanismos centrais da gestão gerencial do Estado. Para a autora, trata-se de um termo amplo, que pode indicar privatização, concessão, parceria ou contratação de serviços. Nos casos das privatizações e concessões, o Estado delega ao setor privado atividades que antes eram exercidas por ele. No campo educacional, isso se manifesta na contratação de serviços essenciais, como transporte, alimentação e limpeza, o que reforça a lógica empresarial apontada por Laval (2019) e aprofunda as contradições destacadas por Paro (2000).

No município onde realizo a pesquisa, a limpeza das escolas públicas municipais não é realizada por servidores efetivos da educação, mas por trabalhadores vinculados a uma companhia municipal de limpeza urbana. Essa parceria com o órgão responsável pela educação municipal faz com que parte do quadro de funcionárias que antes atuava na limpeza urbana passe a exercer suas atividades dentro das unidades escolares. Assim, embora desempenhem um papel essencial no cotidiano da escola, essas trabalhadoras, em algumas situações, não são reconhecidas administrativamente como parte da equipe escolar, mas como prestadoras de serviço.

Encontros de pesquisa pela escola.

Inspiro-me nas reflexões de Nilda Alves (2003) sobre as pesquisas nos/dos/com os cotidianos, que reconhecem o pesquisador como alguém que também está implicado nas relações e nos afetos que se produzem no campo. Minha entrada na escola não se deu apenas por um procedimento institucional, mas por uma relação pré-existente. Leandra[3], funcionária da limpeza, já me conhecia de antes da pesquisa. Assim, compreendo que minha presença na escola se constituiu em diálogo com as pessoas que ali vivem e trabalham, num movimento que, como afirma Alves, exige mergulho, convivência e atenção às camadas de sentidos que se tecem no dia a dia. Não se trata de observar de fora, mas de estar com, acompanhando gestos, conversas, cheiros, ritmos e silêncios que compõem o cotidiano escolar.

Sou recebida com gentileza pela direção, que orienta os trâmites burocráticos para conseguir autorização do órgão responsável. Entretanto, mesmo com a autorização em mãos, percebo no ar um movimento de observação: “O que será que ela veio fazer aqui?”, “Será que é alguém da gestão educacional?”. Havia um esforço das trabalhadoras em me encaixar em categorias já conhecidas: professora, estagiária, técnica. Só depois de explicar repetidas vezes que estava ali para acompanhar o cotidiano das trabalhadoras da limpeza é que minha presença começou a fazer sentido para elas.

Foi compartilhando parte da minha trajetória que essa distância começou a se desfazer. É nesse encontro (entre história pessoal, afetividade e escuta) que se tornou possível acompanhar o trabalho dessas mulheres não apenas como um conjunto de funções técnicas, mas como um modo de cuidar que sustenta a escola para que ela exista diariamente.

[3] O nome mencionado no texto é fictício e foi utilizado para preservar a identidade da participante da pesquisa.

O cotidiano da limpeza como trabalho de cuidado e sustentação da escola.

No turno da manhã, Leandra e Tereza[4] são as primeiras a chegar. Antes que qualquer criança, professora ou diretora atravesse o portão, são elas que abrem a escola e iniciam o trabalho de organização do espaço para que o dia possa acontecer.

Tereza, que trabalha ali há muitos anos, me disse em uma das conversas que tivemos: “Eu trabalho com amor. Se eu estou aqui, eu tenho que zelar pelas crianças.” Essa frase, simples e direta, revela um aspecto central do trabalho dessas mulheres: embora contratadas para executar funções de limpeza, elas compreendem seu papel como parte de uma rede de cuidado que sustenta a experiência educativa.

Esse cuidado se expressa também nas pequenas decisões cotidianas. Por volta das oito horas, quando as crianças já estão em sala de aula, as trabalhadoras da limpeza se juntam às merendeiras para o café da manhã no refeitório. Esse momento, embora breve, é um espaço de troca importante: ali circulam informações sobre o calendário escolar, as necessidades das turmas, a chegada de novos estudantes, questões de saúde das crianças e preocupações sobre o andamento do dia. O café, portanto, funciona como um espaço de circulação de informação não formal, no qual o trabalho se articula de maneira coletiva.

Após o café, cada uma retoma suas tarefas. Leandra segue para a área externa e os corredores, enquanto Tereza concentra-se nos banheiros e espaços internos.

Essa dimensão do trabalho, frequentemente invisibilizada pelos discursos pedagógicos, aproxima-se do que Goiana (2024) e Rodrigues (2017) identificam como trabalho de cuidado, entendido não como atributo natural ou vocação feminina, mas como prática social fundamental à reprodução da vida coletiva. Na escola, esse cuidado não acontece apenas na sala de aula, mas se efetiva também no chão lavado,

[4] Os nomes das participantes foram alterados para nomes fictícios (Leandra e Tereza), garantindo o estrito cumprimento das diretrizes éticas da pesquisa e preservando integralmente o anonimato das participantes e da unidade escolar.

no banheiro organizado, no copo de água que chega à criança no momento certo, na atenção ao estudante que chega abatido.

Reconhecer esse cuidado como trabalho é essencial para superar a compreensão de que a escola é sustentada exclusivamente pela ação docente. O cotidiano observado mostra que a escola é feita por muitas mãos, e que essas mãos carregam histórias, saberes e formas de fazer que não podem ser tratadas como secundárias.

Considerações finais.

Ao acompanhar a rotina da escola, pude perceber que o cotidiano é tecido por gestos que, embora pequenos e muitas vezes invisibilizados, sustentam a existência da instituição. O trabalho de Tereza, Leandra e das demais funcionárias da limpeza não se limita à manutenção física do espaço: ele envolve atenção, vínculo e responsabilidade com as crianças e com a escola como um todo. Quando Tereza afirma que “trabalha com amor” e que, estando na escola, deve-se “zelar pelas crianças”, ela revela uma concepção de trabalho que ultrapassa a função contratual e se inscreve na esfera do cuidado.

Entretanto, esse cuidado não é reconhecido de forma igualitária. A terceirização estabelece fronteiras simbólicas que diferenciam quem é considerado “da escola” e quem é percebido apenas como prestador de serviço. Essas fronteiras atravessam o cotidiano, influenciam relações, determinam lugares de fala e moldam o que pode ou não ser reconhecido como trabalho educativo. Assim, a gestão democrática, prevista na legislação como princípio da escola pública, encontra limites concretos quando determinados sujeitos são incluídos apenas parcialmente na vida institucional.

Ao voltar a esse contexto, retorno também à minha própria história. Sendo filha de trabalhadores, reconheço que minha presença no campo não é neutra: ela é

também memória e intervenção política. Talvez por isso, ouvir essas mulheres foi também reconhecer a força e a dignidade de formas de trabalho que aprendi a valorizar desde pequena.

Encerrar este ensaio, portanto, não é concluir o tema, mas afirmar um ponto: a escola é sustentada por muitas mãos. Reconhecer isso é um gesto político. Mais do que ampliar discursos sobre inclusão ou participação, é necessário deslocar os modos como entendemos quem compõe a escola e quem produz educação. Não há escola pública possível sem o trabalho da limpeza, sem a merenda, sem o cuidado que organiza e acolhe a vida que passa por ali todos os dias.

Assim, este texto é também um agradecimento às mulheres que me permitiram estar, ouvir, aprender e compartilhar seus cotidianos. E é um convite para que continuemos a pensar a escola não somente a partir do que se vê na sala de aula, mas também do que se faz para que ela possa acontecer.

Referências

ALVES, Nilda. **Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos**. Revista Teias, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7–8, p. 1–14, jan./dez. 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GENTILI, Pablo**.** Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, DF: CNTE, 1996.

GOIANA, Ivaneide Severo. Serviço em dobro: o trabalho das auxiliares de limpeza em duas escolas públicas no município cearense de Barro. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2024. *Anais* [...]. [S.l.]: **Gênero, Sexualidade e Educação**, v. 3, p. 251-263, 2024. ISBN: 978-65-5222-027-1. DOI: 10.46943/X.CONEDU.2024.GT07.013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Tradução de Mariana Echalar. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática. In: PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, Vanessa Barbato. **Formação dos profissionais da limpeza na perspectiva freireana: a (in)visibilidade dos educadores não docentes**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia. **Gestión democrática de los colegios en Brasil: metas hacia la implementación de un nuevo modelo**. Revista Iberoamericana de Educación, [S.l.], v. 67, p. 19-38, 2015. DOI: https://doi.org/10.35362/rie670203. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/view/203.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Terceirização e democratização na instituição escolar: serviços de merenda e limpeza.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 21, n. 1/2, p. 55–72, jan./dez. 2005.

Data do envio: 30/05/2026

Data do aceite: 14/10/2026